



# Ricardo Salles

## FAKEBOOK



UM GUIA PARA AS FALSIDADES  
E RETÓRICAS DO MINISTRO  
DO MEIO AMBIENTE

Edição COP25  
Dezembro de 2019

## **Três fatos que você não sabia sobre Ricardo Salles:**

**1.**

**Declarou à imprensa brasileira que tinha um mestrado da Universidade de Yale. É mentira. Ele não tem.**

**2.**

**Foi condenado por fraude ambiental duas semanas antes de assumir o cargo de ministro.**

**3.**

**Está sob investigação por enriquecimento ilícito. A Justiça acaba de ordenar a quebra de sigilo bancários e telefônicos.**

**Nosso objetivo era criar um documento compacto que exibisse algumas das inconsistências de Ricardo Salles. Acabamos precisando de 35 páginas.**

**Por favor, tenha paciência conosco.**

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Brasil está chegando à COP25 em Madri com sua política ambiental sob escrutínio global. O aumento de 30% na taxa de desmatamento na Amazônia em 2019, chegando a quase 10 mil km<sup>2</sup> destruídos, é a mais recente adição a um cenário já horrível de assassinatos de líderes indígenas e de incêndios generalizados.

Longe de ser intimidado pelas críticas internacionais, o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro está vendo a conferência climática (que ele recusou a sediar) como uma oportunidade de propaganda. Ele planeja chantagear os países ricos para que contribuam com fundos para o “desenvolvimento sustentável” da região amazônica, em troca de posicionamentos mais brandos em relação a mercados de carbono, um tópico da negociação que o Brasil vem bloqueando.

O chefe da delegação do Brasil em Madri, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, declarou publicamente que o Brasil “nunca recebeu o que é devido” pelas realizações passadas na redução do desmatamento. Junto com governadores dos estados amazônicos, ele buscará novos fundos internacionais, como o que deseja criar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, apesar de o país não estar usando os fundos internacionais que já possui para o controle do desmatamento. Salles disse antes da conferência que o Brasil deveria receber US\$ 10 bilhões por ano (10% de todo o compromisso de financiamento climático de US\$ 100 bilhões dos países ricos).

Alguns dos dados utilizados pelo ministro e outras autoridades brasileiras para apoiar alegações de sustentabilidade são distorcidos, alguns são escolhidos a dedo e outros simplesmente são mentiras.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

De fato, a atual crise de destruição da Amazônia é uma decisão do próprio governo. Salles desmantelou a governança ambiental vigente no Brasil desde 1992, alterando a estrutura do Ministério do Meio Ambiente, arquivando os planos de controle do desmatamento e sucateando agências de controle ambiental. Os números do orçamento sugerem que não há política ambiental sendo feita no Brasil: neste ano, até novembro, o Ministério utilizou um orçamento de cerca de US\$ 740.000 - em comparação com quase US\$ 9 milhões gastos no ano passado.

Também estão em andamento esforços para eliminar as regulamentações ambientais e de direitos humanos, a fim de legalizar atividades que hoje são ilegais, como mineração e exploração madeireira em terras indígenas. Em novembro, o governo derrubou uma proibição, vigente há dez anos, de expansão da cana-de-açúcar na Amazônia.

A retórica do governo também incentivou criminosos ambientais na Amazônia e em outras partes do Brasil. Salles chamou os madeireiros ilegais de “cidadãos trabalhadores”, por exemplo. Os números oficiais do desmatamento são a consequência lógica desse estilo de gestão.

O ministro é uma figura, no mínimo, controversa. Advogado ligado ao lobby ruralista, foi condenado por fraude ambiental duas semanas antes de assumir o Ministério. Ele foi acusado de mudar o plano de manejo de uma área protegida para beneficiar empresas. Poucas semanas antes da COP25, em uma investigação de enriquecimento ilícito, a Justiça ordenou que seus sigilos bancário e telefônico fossem quebrados.

## Sumário

INTRODUÇÃO	6
POR QUE UM FAKEBOOK?	9
FALÁCIAS FREQUENTES	
Uso da terra	10
Agricultura	13
Emergência climática e o acordo de Paris	18
Amazônia	24
Governança	32

---

# INTRODUÇÃO

Em 4 de setembro de 2019, o Ministério Público Federal emitiu uma recomendação sem precedentes: disse a um ministro para parar de mentir e intimidar sua própria equipe<sup>1</sup>.

O destinatário da mensagem foi Ricardo Salles, o polêmico advogado que o presidente de extrema direita do Brasil, Jair Bolsonaro, escolheu como ministro do Meio Ambiente. Último membro do Gabinete a ser nomeado, Salles, no entanto, deslumbrou o presidente ao entregar com eficiência incomparável uma das principais promessas da campanha de Bolsonaro: dismantelar as proteções ambientais que fizeram do Brasil um líder em desenvolvimento sustentável e em combate às mudanças climáticas.

A indicação de Salles contou com o apoio do poderoso lobby rural, que costumava estar em desacordo com o Ministério do Meio Ambiente. Duas semanas antes de se tornar ministro, ele foi julgado e condenado por fraude ambiental enquanto era secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - os promotores dizem que ele mudou o plano de manejo de uma área protegida para beneficiar grandes empresas. Ele também está sendo investigado por enriquecimento ilícito. Em novembro, a Justiça ordenou que seu sigilo bancário e telefônico fosse quebrado. Ele nega qualquer irregularidade.

Sob o mandato de Salles, o Brasil presenciou a extinção da governança de mudanças climáticas, o abandono dos planos de controle do desmatamento, o congelamento da iniciativa mais bem-sucedida do mundo de REDD+, e o encolhimento da participação da sociedade civil na política ambiental.

Sob Salles, os órgãos federais encarregados da aplicação da lei ambiental (Ibama) e do gerenciamento de áreas protegidas (ICMBio) foram ambos sucateados e seus funcionários

<sup>1</sup> <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Recomendaon42019aoM-MA.pdf>

## INTRODUÇÃO

perseguidos por falsas alegações. Isso levou o Ministério Público a recomendar ao ministro “abster-se de fazer declarações públicas que, sem provas, possam pôr em dúvida o trabalho dos agentes do Ibama e do ICMBio”.

A conseqüência da gestão do ministro foi o retorno da devastação descontrolada na Amazônia: dados oficiais de 2019 divulgados em novembro pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) mostram que o desmatamento atingiu 9.762 km<sup>2</sup>, o pior em uma década, o que representa um aumento de 30% em relação ao anterior ano.

Isso aumentará ainda mais as emissões de dióxido de carbono do Brasil - já em 1,939 bilhão de toneladas<sup>2</sup> - e dificultará que o país, 7º maior poluidor climático do mundo, cumpra seus compromissos climáticos nacionais e internacionais.

Os dados não foram uma surpresa para ninguém. Desde junho, os alertas de desmatamento fornecidos pelo sistema Deter, também do Inpe, sinalizavam o desmatamento descontrolado, com um aumento de 98% em junho e assombrosos 278% em julho. Em vez de fazer algo a respeito, Salles e Bolsonaro optaram por atirar no mensageiro: o presidente demitiu o diretor do Inpe e o ministro do Meio Ambiente questionou os dados, declarando, sem apresentar nenhuma evidência, que o sistema de alertas do Inpe era defeituoso e insuficiente para orientar os fiscais ambientais.

O aumento do desmatamento foi seguido por um incremento dos incêndios, assim que a estação seca começou. Embora 2019 não tenha sido um ano anormalmente seco<sup>3</sup>, o número de incêndios em agosto foi o maior da última década e colocou a Amazônia no centro de uma crise global. Inicialmente, o governo Bolsonaro negou o problema, depois disse que as ONGs eram os incendiários e, finalmente, enviou tropas para combater o fogo. Em seguida, lançou uma campanha massiva de propaganda para acalmar investidores e consumidores, alegando que o problema estava sob controle. Mas,

<sup>2</sup> [http://plataforma.seeg.eco.br/total\\_emission](http://plataforma.seeg.eco.br/total_emission)

<sup>3</sup> <https://ipam.org.br/bibliotecas/technical-note-amazon-on-fire/>

## INTRODUÇÃO

na verdade, esse governo é o problema.

Em setembro, Ricardo Salles recebeu a tarefa de fazer um *greenwashing* do governo Bolsonaro durante sua turnê pelos Estados Unidos e Europa. Naquele momento, enormes manchas de petróleo, oriundas de um misterioso derramamento no meio do oceano, começavam a atingir a costa nordeste do Brasil. Salles passou duas semanas no exterior sem anunciar uma única medida em resposta ao vazamento. Ele só ativou o plano de contingência do petróleo em 11 de outubro, 41 dias após as primeiras manchas terem chegado à costa<sup>4</sup>. Salles sugeriu que o Greenpeace estava por trás do crime! O derramamento foi o maior desastre marinho da história do país.

Comunicador talentoso, o ministro é capaz de incríveis truques retóricos. Ele muitas vezes controla sua exposição na mídia, por isso, raramente é entrevistado por jornalistas que cobrem a área ambiental. Sob pressão, ele pode criar dados sem pestanejar. Salles tem talento para enganar jornalistas, o público e outros interlocutores. É, ainda, mestre em fugir de responsabilidades: em resposta aos dados catastróficos do desmatamento, prometeu espremer dinheiro dos países ricos na COP25. O slogan dessa política contra o meio ambiente é “ambientalismo orientado para resultados”. Os “resultados” são claros para todos verem: mais desmatamento, mais gases de efeito estufa, mais violência e menos transparência.

Neste livreto, apresentamos algumas das falácias mais frequentes de Salles sobre cinco questões: uso da terra, agricultura, emergência climática, Amazônia e governança. Nossas fontes estão mencionadas nas notas de rodapé.

<sup>4</sup> <https://www.istoedinheiro.com.br/salles-so-acionou-plano-de-contingencia-no-ne-41-dias-apos-desastre-diz-oficio/>



# POR QUE UM FAKEBOOK?

É mais do que um trocadilho ruim.

Os Fakebooks são uma ferramenta essencial dos músicos de jazz e bossa nova. Eles contêm dezenas de padrões e informações básicas sobre cada música (acordes, melodia e, às vezes, letras), para que o músico possa navegar em qualquer show sem se perder nas músicas e até improvisá-las.

Acreditamos que este folheto será útil para jornalistas, funcionários do governo e investidores que possam ter a infelicidade de serem expostos à retórica do ministro Ricardo Salles. Ao expor as mentiras padrões e os fatos básicos que ele distorce, esperamos que você consiga navegar pela lavagem verde do governo brasileiro e entender por que Bolsonaro é uma ameaça ao planeta.

# FALÁCIAS FREQUENTES

## Uso da terra

**ALEGAÇÃO** | *“O Brasil é um exemplo de conservação ambiental para o mundo”*

Ricardo Salles

**FATO** | Em termos absolutos, o Brasil é o país que mais desmata florestas no mundo<sup>5</sup>: mais de 1,4 milhão de hectares foram desmatados na Amazônia e no Cerrado somente em 2018, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (663.400 hectares no Cerrado e 753.600 hectares no Amazonas)<sup>6</sup>.

De acordo com novos dados do Projeto MapBiomas, entre 1985 e 2018, o Brasil perdeu 89 milhões de hectares de vegetação nativa, enquanto a agricultura (lavouras e pastagens) expandiu 86 milhões de hectares. A área perdida corresponde a duas vezes e meia todo o território da Alemanha.

Quanto ao país ser um “exemplo de conservação”, o Índice de Desempenho Ambiental das Universidades de Columbia e Yale mostra que o Brasil ocupa o 96º lugar em conservação florestal e 69º na avaliação geral de 180 países, colocando o Brasil em algum lugar no meio da maioria dos países, longe do padrão ouro de proteção ambiental<sup>7</sup>.

**ALEGAÇÃO** | *“Entre os principais países agrícolas, o Brasil possui a maior extensão de áreas protegidas, que ocupam 25% de seu território, contra 17,5% na Austrália, 14% na China e 11,8% nos EUA. Além disso, as áreas protegidas nesses países incluem desertos e geleiras inabitáveis, enquanto o Brasil fornece terras agrícolas para conservação”*

Ministro das Relações Exteriores

<sup>5</sup> The Climate Observatory, April 28th 2019- <https://www.youtube.com/watch?v=rM4SktDid2Q>

<sup>6</sup> [terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](https://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates)

<sup>7</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/07/05/meio-ambiente-salles-globonews/>

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Uso da terra

**FATO |** O Brasil é o país mais biodiverso do mundo, por isso é natural ter muitas áreas protegidas. No entanto, o percentual de terras protegidas no Brasil é de 30% de seu território, considerando áreas protegidas que permitem a propriedade privada e usos econômicos – algo não muito acima da média global de 25%. Além disso, as áreas protegidas do Brasil estão desigualmente distribuídas: 90% delas estão na Amazônia, uma região que representa menos de 10% da produção agrícola. Excluindo a Amazônia, menos de 5% do Brasil é protegido<sup>8</sup>.

Mesmo com muitas áreas protegidas, o Brasil possui a terceira maior área de produção agrícola do mundo: 245 milhões de hectares (ha), perdendo apenas para a China e os Estados Unidos e a frente da Índia, que produz mais alimentos que o Brasil. Isso equivale a 1,4 vezes a área agrícola de todos os países europeus combinados. Se somarmos a isso às áreas dos campos naturais dos biomas Pantanal e Pampa, que são utilizados para pastoreio, isso aumenta para 295 milhões de hectares.

O país também possui a maior área agrícola per capita: 1,17 ha, comparado a 1 ha nos EUA e 0,34 ha na China.

**ALEGAÇÃO |** *“O Brasil é o país que mais preserva florestas no mundo e não tem nada a aprender com aqueles que já desmataram tudo.”*

Ricardo Salles

**FATO |** O Brasil é realmente um país com muitas florestas: elas cobrem 63% de seu território. Existem, no entanto, pelo menos 20 países no mundo que mantêm uma proporção maior de florestas em seu território do que o Brasil. Alguns exemplos, provenientes de dados do Banco Mundial<sup>9</sup>:

Países em desenvolvimento:

- Congo (65%)
- Guiana (84%)
- Suriname (98%)

<sup>8</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=rM4SktDid2Q>

<sup>9</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=rM4SktDid2Q>

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Uso da terra

Países desenvolvidos:

Japão (68%)

Suécia (69%)

Finlândia (74%)

Além disso, a Europa investiu maciçamente em reflorestamento. Hoje, quase metade do território europeu é coberto por florestas – 97% provenientes de reflorestamento e restauração. Entre 2009 e 2015, a Europa ganhou o equivalente a um Portugal em florestas, enquanto o Brasil queimou cinco vezes essa área<sup>10</sup>.

**ALEGAÇÃO |** *“Atualmente, cerca de 66% do território brasileiro é dedicado à proteção e preservação da vegetação nativa”*

Ministério das Relações Exteriores

**FATO |** Cerca de 66% do território brasileiro é coberto por vegetação nativa. Isso é muito, muito diferente de ser “dedicado à proteção e preservação”. Esse número leva em consideração áreas de agricultura familiar, como assentamentos rurais e territórios quilombolas; áreas em que múltiplos usos (incluindo agricultura e mineração) são permitidos, como Áreas de Proteção Ambiental (APAs); terras atualmente arborizadas, mas que podem ser desmatadas legalmente em fazendas privadas e áreas vagas – terras públicas sem destinação formal, concentradas na Amazônia. E, ainda que a abordagem estivesse correta, os dados do Projeto MapBio-mas mostram que a proteção efetiva é muito menor: se calcularmos o que foi mantido preservado nos últimos 30 anos, o valor gira em torno de 45%<sup>11</sup>.

**ALEGAÇÃO |** *“84% da Amazônia está preservada como era há 500 anos quando os portugueses chegaram.”*

Ricardo Salles

<sup>10</sup> <https://globoplay.globo.com/v/7855381/>

<sup>11</sup> <http://www.observatoriodoclima.eco.br/itamaraty-usa-dados-errados-para-defender-agro-brasileiro/>

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Uso da terra // Agricultura

**FATO** | Na verdade, o bioma Amazônia perdeu 20% de sua área original – portanto, 80% é preservado, e não 84%. A diferença entre a alegação que o ministro apresenta e os dados oficiais é igual a quase o território da Inglaterra.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), até 2019 a Amazônia perdeu uma área de 798.115 km<sup>2</sup> dos seus 3,99 milhões de km<sup>2</sup> originais.

O percentual dessa floresta remanescente que permanece “igual a quando os portugueses chegaram” é motivo de debate, uma vez que os dados de degradação são incertos. Um estudo<sup>12</sup> estimou que as florestas com distúrbios na Amazônia, em diferentes graus de degradação, alcançaram 1,2 milhões de km<sup>2</sup> em 2013, um número que significa que mais de 40% da floresta está sobre pressão.

Além disso, o desmatamento da Amazônia pode estar se aproximando de um ponto crítico, no qual a floresta pode perder sua capacidade de se recuperar e se transformar em uma savana empobrecida. Os primeiros modelos mostraram que o ponto de inflexão era de cerca de 40% do desmatamento, mas um artigo publicado em 2018 revelou uma situação muito mais urgente. As sinergias entre desmatamento, mudanças climáticas e uso generalizado do fogo indicam que o ponto de inflexão para o sistema amazônico se transformar em ecossistemas não-florestais no leste, sul e centro da Amazônia pode ser entre 20 - 25% de desmatamento<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/futuro-climatico-da-amazonia.pdf>

<sup>13</sup> <https://advances.sciencemag.org/content/4/2/eaat2340>

## Agricultura

**ALEGAÇÃO** | *“Nenhuma instituição pública, categoria profissional ou autoridade pública faz mais para proteger os biomas brasileiros do que os produtores brasileiros.”*

Evaristo de Miranda

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Agricultura

**FATO |** Essa alegação é baseada em dados do controverso cientista Evaristo de Miranda, que liderou a equipe de transição de Bolsonaro no Ministério do Meio Ambiente. Baseia-se em informações autodeclaradas fornecidas por agricultores e pecuaristas registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Um estudo publicado em 2018 na revista *Environmental Conservation* observou que, no estado de Mato Grosso, 85% dos agricultores declararam ter mais florestas em suas propriedades do que o que foi realmente medido<sup>14</sup>.

Os dados do Projeto MapBiomas, uma colaboração multi-institucional, também mostraram que desde 1985, 20% das florestas em terras privadas estavam desmatadas, enquanto nas áreas protegidas esse valor era de 0,5%<sup>15</sup>.

**ALEGAÇÃO |** *“O Brasil é o único país do mundo com requisitos legais pelos quais os agricultores são responsáveis pela conservação de grande parte do território, sem receber nenhuma compensação ou isenção de impostos em troca.”*

Ministério de Relações Exteriores

**FATO |** Um estudo de 2011 do Imazon e Proforest mostra que pelo menos outros 11 países têm requisitos legais rigorosos para que os agricultores mantenham florestas dentro de suas propriedades<sup>16</sup>. Esse requisito, no Brasil, é a chamada Reserva Legal. Outros países, como a África do Sul, exigem que a vegetação úmida e fluvial seja preservada às custas do proprietário para proteger as bacias hidrográficas. Embora seja verdade que não há lei federal que exija pagamento por serviços ambientais (PSA), o novo Código Florestal estabelece um esquema para o comércio de cotas florestais entre agricultores com déficits florestais e agricultores com excedentes florestais. A lei nunca foi aplicada por uma série de razões, incluindo a pressão da bancada ruralis-

<sup>14</sup> <https://pdfs.semanticscholar.org/a5b1/4263d2a4912971fbfdcb-056892f54c14b44f.pdf>

<sup>15</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=rM4SktDid2Q>

<sup>16</sup> <https://imazon.org.br/um-re-sumo-do-status-das-florestas-em-paises-selecionados/>

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Agricultura

ta para alterá-la ainda mais, a fim de eliminar completamente a reserva legal. Uma proposta de lei para acabar com a reserva legal foi apresentada pelo filho senador de Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro<sup>17</sup>. O governo tem tentado modificar regulações e legalizar atividades que são ilegais hoje. Se eles tiverem sucesso, o agronegócio poderá devastar ecossistemas, dentro da lei.

**ALEGAÇÃO |** *“Nos últimos 40 anos, a produção aumentou 700%, enquanto o uso da terra aumentou apenas 30%. Durante o mesmo período, a produção de grãos aumentou cinco vezes, enquanto a área ocupada pelas lavouras permaneceu praticamente estável. Portanto, a expansão da produção agrícola brasileira não ocorreu como resultado do desmatamento, mas por causa do aumento da produtividade.”*

Ministério de Relações Exteriores

**FATO |** É verdade que a produtividade superou o desmatamento na produção brasileira de grãos (a palavra aqui poderia ser “grão”). De acordo com a Embrapa, serviço federal de pesquisa agrícola do Brasil, a produção de grãos saltou de 38 Mt em 1975 para 236 Mt, enquanto a área de cultivo “apenas” dobrou – de 37 milhões para 61 milhões de hectares (o que significa “praticamente estável”)<sup>18</sup>.

Acontece que a produção de grãos não é a principal forma de uso da terra no Brasil, mas sim a pecuária. Dos 30% do território usado pela agricultura, dois terços são pastagens. A produção de carne bovina ocupa 173 milhões de hectares, ou cerca de 20% do território brasileiro, segundo o MapBiomass. A pecuária ainda é uma indústria altamente ineficiente: na Amazônia, 63% de toda a área desmatada está ocupada com pastagens<sup>19</sup> que, em média, suportam uma cabeça de gado por hectare ou menos.

Segundo o MapBiomass, desde 1985 os biomas brasilei-

<sup>17</sup> <https://time.com/5661162/why-the-amazon-is-on-fire/>

<sup>18</sup> <https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>

<sup>19</sup> <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/152807/1/TerraClass.pdf>

ros perderam 89 milhões de hectares de cobertura nativa, enquanto a agricultura, incluindo a pecuária, ganhou 86 milhões de hectares<sup>20</sup>. A Amazônia encolheu 19%, enquanto o Cerrado, a savana do Brasil central, onde ocorre a maior parte da agricultura, teve 55% de sua área transformada em terras agrícolas nos últimos 50 anos<sup>21</sup>.

**ALEGAÇÃO |** *“O Brasil usa muito, muito menos agroquímicos por hectare do que vários países da Europa. Alguns países europeus que estão preocupados com a questão dos agroquímicos, pois eles usam uma quantidade muito maior de pesticidas por hectare do que no Brasil—e ninguém diz nada!”*

Ricardo Salles

**FATO |** O governo brasileiro vem exibindo antigas estatísticas da FAO que colocavam o Brasil em 44º lugar no ranking mundial de uso de pesticidas. Há dois problemas com estes dados. Primeiro, eles são antigos – são baseados na média de 1995-2016, o que reduz o uso por hectare para menos de 3 toneladas. Segundo o mesmo banco de dados da FAO, o uso de pesticidas no Brasil cresceu 600% entre 1990 e 2012<sup>22</sup>, mais do que em qualquer outro país produtor de alimentos. Segundo, os dados são duvidosos: a FAO leva em consideração uma área agrícola muito maior que o IBGE, o instituto oficial de estatística do Brasil<sup>23</sup>. Segundo um relatório de 2013 do IBGE<sup>24</sup> (baseado em dados coletados pelo Ibama), o Brasil utiliza cerca de 6,8 kg de pesticidas ativos por hectare. Esse número é superior ao de todos os países da União Européia, exceto Chipre e Malta<sup>25</sup> (que usam cerca de 9 kg /ha cada) no mesmo ano.

Além disso, é importante lembrar que a UE proibiu cerca de 600 pesticidas nos últimos 25 anos por causa de estudos que revelaram seus possíveis danos. Dos quase 400 produtos químicos agrícolas permitidos atualmente na UE, 25% são orgânicos.

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Agricultura

<sup>20</sup> <http://www.observatoriodoclima.eco.br/brasil-perdeu-25-alemanhas-em-florestas-em-34-anos/>

<sup>21</sup> <https://pdfs.semanticscholar.org/a5b1/4263d2a4912971fbfdbcb-056892f54c14b44f.pdf>

<sup>22</sup> <http://www.observatoriodoclima.eco.br/agromitometro-verdades-e-mentiras-no-discurso-dos-ruralistas-sobre-pesticidas/>

<sup>23</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/14/ministerio-da-agricultura-engana-a-populacao-com-dados-falsos-sobre-agrotoxicos/>

<sup>24</sup> <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/771#resultado>

<sup>25</sup> <http://news.agropages.com/News/NewsDetail---21442-e.htm>



## FALÁCIAS FREQUENTES

### Agricultura

Em contraste, no Brasil, 410 novos agrotóxicos foram registrados em 2019<sup>26</sup>. Quase todos os novos pesticidas registrados são formulações genéricas de substâncias existentes, que desperdiçam a alegação de que o governo está acelerando as aprovações para obter produtos mais seguros e modernos no mercado. Em novembro, a justiça obrigou o MAPA a revogar a liberação de 63 agrotóxicos em setembro em função dos riscos à saúde e ao meio ambiente<sup>27</sup>.

**ALEGAÇÃO** | *“O governo brasileiro está comprometido em aplicar a lei e as obrigações que possui com a sustentabilidade da agricultura. Os críticos procuram associar o Brasil à destruição ambiental, de modo a pressionar por metas mais altas em convenções como UNFCCC e CBD.”*

Ministério do Meio Ambiente

**FATO** | Isto é fácil de dizer se alguém fica redefinindo o que é “obrigação legal”. Em 6 de novembro, por exemplo, o governo Bolsonaro emitiu um decreto revogando um plano de zoneamento agroecológico bem-sucedido da cana-de-açúcar<sup>28</sup>, que proibia a expansão da safra de bio-combustível nos frágeis biomas da Amazônia e do Pantanal, onde pesquisas científicas indicaram que isso resultaria em desmatamento e degradação ambiental - com muito pouco ganho econômico. A proibição estava em vigor há dez anos e nunca atrasou a produção brasileira de etanol - de fato, a indústria da cana manteve-a, de olho nos mercados internacionais ambientalmente conscientes. Da mesma forma, o setor de soja está pressionando pelo fim da moratória de 13 anos<sup>29</sup>, pela qual a indústria se compromete a não comprar de áreas desmatadas recentemente. Bolsonaro também cancelou o prazo para os agricultores aderirem ao Cadastro Ambiental Rural (instrumento que facilita o monitoramento do desmatamento nas fazendas), o que significa que eles podem acessar recursos públicos mesmo sem cumprir o Código Florestal.

<sup>26</sup> <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/governo-bolsonaro-cel-ebra-dia-das-abelhas-liberando-ain-da-mais-agrotoxicos/>

<sup>27</sup> <http://www.in.gov.br/web/dou/-/ato-n-81-de-21-de-novembro-de-2019-229381329>

<sup>28</sup> <https://www.ft.com/content/6e-6a849c-07a9-11ea-9afa-d9e2401fa-7ca>

<sup>29</sup> <https://www.reuters.com/article/us-brazil-soybeans-moratorium/brazil-farmers-push-traders-to-end-amazon-soy-moratorium-idUSKBN1X-F2J6>

## Emergência climática e o acordo de Paris

**ALEGAÇÃO** | “O governo Bolsonaro não nega a existência de mudanças climáticas...”

**FATO** | O governo Bolsonaro está cheio de negacionistas, como o Ministro das Relações Exteriores – Ernesto Araújo<sup>30</sup>, os filhos de Bolsonaro – Eduardo e Carlos, e o ideólogo de Bolsonaro, o astrólogo aposentado e auto-declamado filósofo – Olavo de Carvalho. As referências às mudanças climáticas praticamente desapareceram nas comunicações diplomáticas do Brasil. Araújo - que disse que as mudanças climáticas são uma farsa porque ele foi para a Itália na primavera e estava frio - tomou a iniciativa sem precedentes de enviar um diplomata de alto escalão para uma conferência do negacionista climático *Heartland Institute*<sup>31</sup>.

As opiniões próprias de Salles são um pouco mais sutis. O ministro nunca negou que a Terra esteja aquecendo, mas questionou repetidamente a influência humana no processo, disse que as mudanças climáticas eram “uma questão secundária”, uma questão de “debate acadêmico” e “debate para 500 anos a partir de agora”. Sob forte pressão, em agosto, na Semana do Clima da América Latina e do Caribe, Salles disse que as mudanças climáticas são “uma questão em evolução” no governo. Um sinal dessa “evolução” pode ser o fato de que Salles está programado para se encontrar com a instituição negadora Competitive Enterprise Institute e seu diretor Myron Ebell em Nova York na véspera da greve global pelo clima de 20 de setembro<sup>32</sup>. A reunião foi cancelada depois que a agenda vazou para a imprensa.

**ALEGAÇÃO** | “...Mais do que isso, o governo permaneceu no Acordo de Paris e manteve todas as suas políticas em vigor”

Ricardo Salles

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Emergência climática e o acordo de Paris

<sup>30</sup> <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment-araujo/brazil-foreign-minister-says-there-is-no-climate-change-catastrophe-idUSKC-N1VW2S2>

<sup>31</sup> <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/07/31/leia-o-telegrama-confidencial-do-itamaraty-sobre-mudancas-climaticas/>

<sup>32</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/ministro-do-meio-ambiente-vai-se-reunir-com-negacionistas-do-aquecimento-global-em-washington.shtml#shtml>

**FATO** | Toda a administração das mudanças climáticas em nível federal foi desmantelada no governo brasileiro nos últimos nove meses. Na primeira semana do novo governo, os departamentos de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável foram retirados da estrutura do Ministério das Relações Exteriores<sup>33</sup>. O secretariado nacional de Mudanças Climáticas e Florestas também foi extinto no Ministério do Meio Ambiente (Salles disse à imprensa que era mais uma promoção do que uma extinção, já que ele indicaria um assessor especial para o ministro sobre o clima<sup>34</sup>, o que nunca aconteceu). O Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas (CIM) e seu Grupo Executivo (GEx), os mais altos casos de governança federal das mudanças climáticas, também foram extintos, assim como o Comitê Nacional de REDD+. Em 29 de novembro, três dias antes da abertura da COP25, Salles emitiu decretos recriando no papel os extintos comitês, como o de clima e REDD+, entre outros, em uma tentativa de última hora de desviar as críticas internacionais. A sociedade civil foi excluída de sua estrutura.

O fim da Secretaria Nacional de Mudanças Climáticas congelou todas as políticas que foram planejadas e implementadas pelo escritório. As principais são os planos de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado) - ambos são as peças centrais das Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs) do Brasil, uma vez que o desmatamento representa 44% das emissões de gases de efeito estufa do país.

O Fundo Clima, com dez anos de idade, que financiou projetos de mitigação e adaptação, também está no limbo<sup>35</sup>: nenhum plano para usar os recursos foi apresentado em 2019<sup>36</sup>, e nem um único centavo dos contratos dos contratos existentes anteriores foi gasto desde abril<sup>37</sup>.

**ALEGAÇÃO** | *“A Europa não cumprirá o Acordo de Paris; eles já disseram que não cumpririam e o mundo*

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Emergência climática e o acordo de Paris

33 <http://www.observatoriodoclima.eco.br/extincao-da-area-de-clima-itamaraty-e-medida-ideologica-e-antipatriotica/>

34 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/ministerio-do-meio-ambiente-vai-encerrar-area-de-mudancas-climaticas.shtml>

35 <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/05/03/governo-de-scumpre-prazo-e-trava-86percent-do-orcamento-para-enfrentar-a-mudanca-climatica.ghtml>

36 <https://www.mma.gov.br/clima/fundo-nacional-sobre-mudanca-do-clima/plano-anual-de-aplicacao-de-recursos>

37 [https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/b00fa4db-77fb-457d-b771-4e424c7cd94e/Fluxo+Financeiro+FNMC\\_04+2019.pdf?MOD=AJPERES&CVID=ml9LJ4-](https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/b00fa4db-77fb-457d-b771-4e424c7cd94e/Fluxo+Financeiro+FNMC_04+2019.pdf?MOD=AJPERES&CVID=ml9LJ4-)

*inteiro não disse nada. E o Brasil, que está cumprindo seus compromissos, parece ser o grande vilão.”*

Ricardo Salles

**FATO |** Salles confunde o Acordo de Paris com as metas pré-2020, que a Alemanha anunciou que não cumpriria.

As metas do Acordo de Paris (conhecidas como CNDs) só começarão a ser implementadas no próximo ano. Vários países europeus sinalizaram que aumentarão o comprometimento com as CNDs até 2030, em consonância com uma resolução do Parlamento Europeu deste ano<sup>38</sup> que exige mais comprometimento já em 2020. Países como Reino Unido, Noruega, Suécia e França já possuem leis que estabelecem a meta de zerar suas emissões líquidas entre 2030 e 2050<sup>39</sup>.

**ALEGAÇÃO |** *“O Brasil está no caminho certo para cumprir seus compromissos climáticos.”*

Ministério das Relações Exteriores

**FATO |** O Brasil está fora do caminho para cumprir todos os seus compromissos climáticos<sup>40</sup>. Mas primeiro é preciso entender quais são esses compromissos. Existem dois deles: a meta para 2020 e a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, pela sigla em inglês).

Em 2009, a Política Nacional sobre Mudança do Clima, pioneira, comprometeu o país a reduzir as emissões entre 36,1% e 38,9% até 2020, em comparação com o cenário de negócios usuais (*“business as usual”*). Essa meta foi anunciada como compromisso voluntário do Brasil sob o condenado Acordo de Copenhague. Um decreto de 2010 expressou a meta global em níveis de emissões: até 2020, as emissões brutas brasileiras devem estar entre 2.068 MtCO<sub>2</sub>e e 1.977MtCO<sub>2</sub>e. O decreto também incluiu planos setoriais para reduzir as emissões. O mais importante deles foi o PPCDAm, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, cuja meta era reduzir as taxas de desmata-

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Emergência climática e o acordo de Paris

<sup>38</sup> [http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2019-0217\\_EN.html](http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2019-0217_EN.html)

<sup>39</sup> <https://www.climatechange-news.com/2019/06/14/countries-net-zero-climate-goal/>

<sup>40</sup> <http://www.observatorio-doclima.eco.br/explainer-brasil-way-meet-climate-targets/>

mento em 80% até 2020, em comparação com a média de 1996-2005. A meta era atingir 3.935 km<sup>2</sup> de desmatamento em 2020, em comparação com a média passada de mais de 19.000 km<sup>2</sup> por ano.

Em 2015, o Brasil adotou uma promessa que abrangeria toda a economia no âmbito do Acordo de Paris. Sua iNDC, posteriormente convertida em NDC, comprometeu o país a uma redução de 37% nas emissões até 2025 em relação aos níveis de 2005 e à implementação de um Plano Nacional de Adaptação.

Nenhuma das metas está sendo atingida. **A meta de redução do desmatamento para 2020 já foi descumprida - mesmo que toda a destruição da floresta fosse interrompida hoje.** Em novembro, os dados oficiais apontaram alertas de desmatamento em 4.047 km<sup>2</sup> nos primeiros três meses da série de dados de 2020 (portanto, um pouco mais do que os 3.925 km<sup>2</sup> prometidos). Devido à menor resolução, o sistema de alertas subestima o desmatamento real em até um fator de 1,54<sup>41</sup>.

O governo tentará ignorar o fracasso de duas maneiras. Primeiro, apresentará uma análise de outubro de um instituto federal, o Ipea, que afirma que a redução agregada de 36,1% a 38,9% será mais do que excedida. Esse cálculo, no entanto, leva em consideração as emissões líquidas (ou seja, emissões totais menos remoções de carbono de áreas protegidas), um conceito que não existia quando o objetivo foi calculado. Segundo, recorrerá a um truque contábil: fatorar o carbono supostamente “capturado” pelas florestas de propriedade privada em propriedades registradas no Cadastro Ambiental Rural, CAR - que, como vimos, são autodeclaradas, portanto inúteis para contabilidade sem verificação.

Se a meta para 2020 parece fora de alcance, cumprir a NDC é um desafio ainda maior. Esse esforço exigiria novas políticas e uma estrutura de governança que atualmente não existe no governo federal do Brasil. Também

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Emergência climática e o acordo de Paris

<sup>41</sup> <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/gcb.14872>

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Emergência climática e o acordo de Paris

exigirá que não haja mais contratempos nas regulamentações ambientais, para que as emissões do desmatamento não retornem aos níveis da virada do século

Como mencionado acima, a primeira ação do presidente Jair Bolsonaro sobre o meio ambiente foi mudar a estrutura do Ministério do Meio Ambiente, fechando a Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas. Esse departamento era o encarregado de formular e coordenar a implementação da NDC do Brasil. Com sua extinção, os planos de controle e prevenção do desmatamento na Amazônia (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado) foram arquivados. **Nenhuma estratégia ou plano para implementar a NDC foi apresentado.**

**ALEGAÇÃO |** *“Em 2015, o Brasil já havia reduzido suas emissões em 35%, valor próximo à redução de 37% prometida na NDC; o anexo da NDC, que lista políticas e medidas em relação à meta, possui algumas disposições que o Brasil já está cumprindo, como:*

» *Reflorestamento e restauração florestal de 12 milhões de hectares (9,4 milhões de hectares já restaurados).*

» *15 milhões de hectares de pastagens degradadas para recuperar (dos quais 10,44 Mha já teriam sido recuperados entre 2010 e 2017).*

» *45% de energias renováveis na matriz energética (em 2019, o Brasil alcançaria 45,3%).*

» *Expansão de fontes renováveis não hidrelétricas de 28% para 33% na matriz energética (o Brasil já estaria em 33%).*

» *18% da matriz energética com bioenergia sustentável (o Brasil alcançaria 17,4% em 2018).”*

Ministério do Meio Ambiente

**FATO |** Alguns números da NDC apresentados pelas autoridades brasileiras são enganosos por diversas razões: quando o governo diz, por exemplo, que o Brasil

FALÁCIAS  
FREQUENTESEmergência  
climática e o  
acordo de Paris

já havia cortado 35% de suas emissões até 2015 (comparado aos 37% da promessa), ele prefere ignorar que as emissões estão aumentando e os números de 2015 informam muito pouco sobre sua trajetória até 2025; quando diz que 10,44 milhões de hectares de pastagens foram restaurados entre 2010 e 2017, está comemorando as realizações dos governos anteriores e misturando as metas de 2020 e da NDC - a meta total para 2010-2030 seria de 30 Mha. Da mesma forma, os números de energia renovável refletem as políticas atuais e não um esforço para cumprir as metas de Paris. De acordo com o último Relatório de Lacunas de Emissões do PNUMA (UNEP), o Brasil é um dos sete países do G20 que estão fora do caminho para atender suas NDCs.

**ALEGAÇÃO |** *“O Brasil tem 400 milhões de toneladas de reduções de CO2 medidas sob o Protocolo de Kyoto. Somente 150 milhões de toneladas foram efetivamente monetizadas; portanto, a partir de 2005, existem 250 milhões de toneladas, ou U\$ 2,5 bilhões, que o Brasil já havia precificado, certificado, reconhecido e não pago.”*

Ricardo Salles

**FATO |** Salles refere-se a potenciais créditos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) que não teriam sido comprados, apesar de terem recebido as reduções alcançadas. No entanto, o Protocolo de Kyoto não impõe nenhuma obrigação a nenhum país de compra dessas reduções de emissões.

Para cumprir sua meta de redução, a União Europeia criou um sistema de comércio de emissões, o Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU-ETS, na sigla em inglês). Por cerca de oito anos, os créditos do MDL puderam ser negociados nesse sistema. As transações eram feitas exclusivamente entre entidades privadas: os proprietários do projeto, os compradores



finais de crédito e todo um complexo sistema de intermediação. Os contratos de venda de créditos de carbono continham uma longa lista de cláusulas que justificavam sua rescisão. Em 2012, refletindo a recessão de 2008-2009, o EU-ETS decidiu não aceitar mais créditos de MDL da China, Índia e Brasil. Esse foi um dos principais motivos da quebra de contratos de compra. Nesse sentido, nenhuma empresa que compra créditos possui dívidas com empresas brasileiras.

## Amazônia

**ALEGAÇÃO |** *“A Amazônia tem 20 milhões de pessoas cujo bem-estar nunca deve ser sacrificado em prol da conservação. Os ambientalistas não veem as necessidades das pessoas empobrecidas e famintas. A floresta precisa de soluções capitalistas: regularização fundiária, zoneamento ecológico-econômico do território, investimento privado e desenvolvimento de uma bioeconomia. Somente comando e controle não conseguirão controlar o desmatamento.”*

Ricardo Salles

**FATO |** A ligação entre pobreza e desmatamento é exagerada. De acordo com uma análise dos dados de desmatamento de 2019, 35% de todo o desmatamento ocorreu em áreas não designadas ou em áreas sem informações de posse. Em outras palavras, é o resultado da apropriação de terras, que é feita principalmente por um crime organizado bem financiado. Os outros 9% ocorreram em áreas protegidas - novamente, terras indígenas e parques nacionais invadidos por quadrilhas criminosas. Salles e o presidente Bolsonaro mostraram em várias ocasiões simpatia<sup>42</sup> ou apoio aberto<sup>43</sup> a madeireiros, garimpeiros e outros grupos que frequentemente formam as rodas da estrutura criminosa por trás do desmatamento. Em novembro, o presidente do Ibama, Eduardo Bim, emitiu

## FALÁCIAS FREQUENTES

Emergência  
climática e o  
acordo de Paris //  
Amazônia

<sup>42</sup> <https://g1.globo.com/ro/cacoal-e-zona-da-mata/noticia/2019/07/17/ministro-visita-ro-e-faz-reuniao-com-madeireiros-duas-semanas-apos-caminhao-do-ibama-ser-incendiado.ghtml>

<sup>43</sup> <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,quem-e-o-cara-do-ibama-diz-bolsonaro-sobre-queima-de-maquinas,70003076513>



uma ordem para suavizar as regras contra madeira ilegal<sup>44</sup> e, alguns dias depois, apresentou a idéia de autorizar a exportação de toras, atualmente proibida justamente por estimular a extração ilegal de madeira, que por sua vez fornece dinheiro para operações de desmatamento e grilagem de terra.

Enquanto a pobreza é um fator contribuinte do desmatamento, a força dominante por trás disso é a ganância. De qualquer forma, a maioria da população amazônica pobre vive em áreas já desmatadas, principalmente nas cidades.

Durante o período em que o desmatamento caiu, o Brasil e a região amazônica tiveram o maior crescimento do PIB e a redução mais significativa nos níveis de pobreza. As coisas não foram diferentes na pecuária e na agricultura: o valor do setor agrícola brasileiro cresceu 75%. A produção de carne e soja na Amazônia também aumentou<sup>45,46</sup>, no período em que o desmatamento caiu 80%, entre 2004 e 2012<sup>47</sup>. O desmatamento na verdade aumenta a pobreza, porque é ilegal, muitas vezes recorre ao trabalho escravo e é vítima do efeito de “boom-bust”, em que os padrões econômicos são elevados inicialmente e depois, quando o recurso natural se esgota, a depressão econômica se instala<sup>48</sup>.

É claro que esses fatos não foram perdidos em governos brasileiros anteriores. É por isso que o Plano de Ação para Prevenção e Controle do /desmatamento (PPCDAm) tinha um componente de regularização fundiária e outro componente do uso sustentável da floresta<sup>49</sup> - precisamente para desenvolver as “soluções capitalistas” de que fala Salles. O PPCDAm atualmente está em alguma gaveta do ministério.

O comando e o controle não resolverão sozinhos o problema, mas sem ele o desmatamento aumenta e a situação se deteriora. E é isso que está acontecendo agora.

**ALEGAÇÃO** | “Os incêndios deste ano não estão fora da média dos últimos 20 anos. Em outubro de 2019, tive-

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Amazônia

44 <https://amazonia.org.br/2019/11/fiscais-do-ibama-so-poderao-multar-compra-de-madeira-illegal-se-houver-indicio-de-que-infrator-sabia-da-origem-indevida/>

45 <https://www.cepea.esalq.usp.br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>

46 <http://www.observatoriodoclima.eco.br/seis-graficos-mostram-porque-floresta-no-chao-e-sinonimo-de-retrocesso/>

47 <http://www.observatoriodoclima.eco.br/seis-graficos-mostram-porque-floresta-no-chao-e-sinonimo-de-retrocesso/>

48 [https://amazonia.org.br/PDFImazon/Portugues/estado\\_da\\_amazonia/o-avanco-da-fronteira-na-amazonia-do-boom-ao.pdf](https://amazonia.org.br/PDFImazon/Portugues/estado_da_amazonia/o-avanco-da-fronteira-na-amazonia-do-boom-ao.pdf)

49 <https://www.mma.gov.br/informma/item/616-pre-ven%C3%A7%C3%A3o-e-controle-do-desmatamento-na-amaz%C3%B4nia>

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Amazônia

*mos o menor número de incêndios em 21 anos.”*

Ricardo Salles

**FATO |** Usando a taxa histórica dos últimos 20 anos, o governo inclui na contabilidade, anos em que houve picos de surtos de incêndio, como 2004 (ano recorde de desmatamento, portanto, incêndios extremos), e 2010 (ano com a maior seca na Amazônia em 500 anos, que levou a floresta a pegar fogo. É importante ressaltar que, entre 2005 e 2012, com a implementação de políticas efetivas para combater o desmatamento, houve uma redução de 80% na taxa de desmatamento na Amazônia. Embora essa tendência de queda tenha desacelerado e o desmatamento tenha crescido novamente nos últimos anos, o que estamos vendo este ano é uma explosão no desmatamento e queima impulsionada por políticas antiambientais. De janeiro a agosto, o número de focos de incêndio na Amazônia cresceu 111%, em comparação com o mesmo período do ano passado. É o índice mais alto dos últimos nove anos.

Em outubro, graças ao envio de tropas para combater incêndios criminais, a contagem de incêndios e os alertas de desmatamento diminuíram (o desmatamento em outubro foi apenas o segundo mais alto da série de dados). Assim que as tropas voltaram para casa, no entanto, a destruição foi retomada: novembro foi novamente o pior novembro já registrado para o desmatamento. Quanto aos incêndios, o início da estação das chuvas na Amazônia reduziu naturalmente a incidência de incêndios entre o final de outubro e novembro.

**ALEGAÇÃO |** *“A ação do presidente que envia o Exército à Amazônia para combater os incêndios é inédita.”*

Ricardo Salles

**FATO |** Na verdade, um destacamento maciço de tropas foi realizado em 2005 pelo então presidente Lula, após o assassinato da freira americana Dorothy Stang. A opera-

FALÁCIAS  
FREQUENTES

## Amazônia

ção Pacajá, como foi chamada, enviou 2.000 homens do exército para a Amazônia para combater a violência relacionada à terra e o crime ambiental<sup>50</sup>. Como resultado, o desmatamento caiu em 2005 em comparação com 2004.

Portanto, a situação atual não é inédita e também não é uma solução para lidar com o desmatamento. Na verdade, o que estamos vendo o governo fazer é prometer abrir terras indígenas e unidades de conservação para fazendeiros e atividades de mineração, além de comprometer as agências de fiscalização.

**ALEGAÇÃO |** *“Este ano foi mais quente e seco do que os anos anteriores, por isso partimos de outra base para os incêndios..”*

Ricardo Salles

**FATO |** O contrário é que é verdade. Conforme mostra um memorando técnico publicado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), este ano, o número de dias consecutivos sem chuva foi menor que no ano passado. Os fatores decisivos foram as queimadas e o desmatamento<sup>51</sup>, que cresceram 50% em 2019, segundo dados do Inpe. A trajetória de crescimento das queimadas também é consistente com a observada nos incêndios iniciados em áreas recentemente desmatadas. Um segundo memorando do IPAM<sup>52</sup> demonstrou que a maior parte dos surtos de incêndio (33%) ocorre em propriedades particulares, sugerindo que os agricultores estão queimando ativamente para aumentar sua área produtiva.

O aumento dos incêndios neste ano é, na verdade, o resultado de um movimento orquestrado, motivado em grande parte pelos discursos de Bolsonaro e pelo desmantelamento de políticas e agências ambientais. A existência neste ano do chamado “Dia do Fogo”, em que agricultores e grileiros no Pará planejaram um dia coordenado de incêndios em 10 de agosto, é uma prova clara<sup>53</sup>. Embora a mídia tenha relatado os planos, o go-

<sup>50</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2502200522.htm>

<sup>51</sup> <https://ipam.org.br/bibliotecas/nota-tecnica-amazonia-em-chamas/>

<sup>52</sup> <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-onde-esta-o-fogo/>

<sup>53</sup> <https://www.theguardian.com/world/2019/aug/26/brazil-amazon-fire-day-warning>

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Amazônia

verno federal não tomou nenhuma medida preventiva e as investigações estão acontecendo em um processo demorado.

**ALEGAÇÃO** | *“Nossa proposta para o Fundo Amazônia foi aceita pelos Ministros das Finanças da Noruega e Alemanha. Mas os Ministros do Meio Ambiente se opuseram, portanto o impasse.”*

Ricardo Salles

**FATO** | Até agora, os Ministérios das Finanças dos países doadores não concordaram com a proposta de Salles de remover a sociedade civil do Fundo Amazônia e controlar seus órgãos de governo. Além disso, o governo não garante que o fundo será mantido para ser usado para proteger a floresta.

**ALEGAÇÃO** | *“O governo conduziu uma revisão de 43 dos 103 contratos que foram emitidos pelo Fundo Amazônia e encontrou um desperdício enorme - os fundos estavam sendo usados para cobrir os custos de administração e folha de pagamento, ao invés de ir para os beneficiários.”*

Ricardo Salles

**FATO** | Salles vem tentando reprimir o financiamento das ONGs desde suas primeiras semanas no cargo. Em fevereiro, ele escreveu um memorando para vários funcionários do ministério estipulando a suspensão de todo e qualquer projeto de cooperação com organizações da sociedade civil - apenas para descobrir que essa ação era ilegal e ele poderia aplicar essa decisão apenas em novos projetos futuros.

Também em fevereiro, ele fez uma visita surpresa à sede do BNDES no Rio - sem avisar o presidente do banco Joaquim Levy - e exigiu ver todas as informações sobre contratos de ONGs com o Fundo Amazônia. Em maio, ele convocou uma conferência de imprensa para apresentar os resultados da “investigação” que afirmou ter realizado em colaboração com a CGU, o órgão de controle do

FALÁCIAS  
FREQUENTES

## Amazônia

estado (que negou participação). Nenhuma evidência de irregularidade ou “desperdício” nos contratos das ONGs (auditados pelo Estado e pelo BNDES) foi apresentada.

**ALEGAÇÃO |** *“Quando você diz que a sociedade estava lá... o que você quer dizer é que as ONGs estavam lá. As ONGs que fazem parte do Comitê de Orientação do Fundo Amazônia (COFA) se beneficiam de metade dos recursos do Fundo Amazônia, portanto, um conflito de interesses.”*

Ricardo Salles

**FATO |** O COFA, que foi encerrado em 28 de junho, não aprovou projetos, mas estabeleceu diretrizes para eles (daí a “orientação” no nome). As aprovações passaram pelo BNDES, o Banco Brasileiro de Desenvolvimento, o que significa que foram aprovadas pelo governo federal. Se a presença de ONGs nesse comitê gerasse um conflito de interesses, o mesmo se aplicaria aos governos estaduais, que tinham nove vezes mais representantes no COFA do que as ONGs.

É simplesmente falso afirmar que as ONGs tiveram um peso considerável no comitê. Dos seus 24 membros, oito eram do governo federal e nove de governos estaduais. A sociedade civil tinha seis representantes: um indígena, um da comunidade científica, dois da indústria, um de fazendas familiares e apenas um de organizações ambientais. Finalmente, 60% dos recursos do Fundo Amazônia destinam-se a projetos públicos em níveis federal, estadual e local, principalmente para fazer cumprir o Código Florestal e fortalecer a fiscalização na Amazônia. Apenas 38% dos projetos de apoio foram realizados pela sociedade civil.

**ALEGAÇÃO |** *“Queremos que os recursos que eles dizem que doam para o Brasil sejam efetivamente doados para o Brasil e não sob controle externo dessa maneira (...) Se você faz com que os fundos não possam ser rea-*

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Amazônia

*locados, então não é uma doação, você estará oferecendo uma concessão com determinadas condições.”*

Ricardo Salles

**FATO |** O ministro está usando sofismas para distorcer o significado da palavra “doação”. Quando alguém doa dinheiro para uma instituição, sempre existe a expectativa de que a instituição faça algo em troca ou trabalhe com uma proposta comum. O Fundo Amazônia, da mesma forma, não é um cheque em branco; é uma doação condicionada ao objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa do desmatamento. Os doadores consideram que qualquer saída desse objetivo é uma violação do objetivo do Fundo, como o Ministro do Meio Ambiente da Noruega, Ola Elvestuen, deixou claro<sup>54</sup>. É diferente do que Bolsonaro já sugeriu, dizendo que uma das condições impostas pelo Fundo foi a criação de Terras Indígenas, o que não é verdade.

**ALEGAÇÃO |** *“Proteger a Amazônia para o mundo inteiro tem um custo, que estimamos em 50 bilhões de dólares por ano. As taxas de desmatamento caíram 72% em relação aos níveis de 2004 e os países ricos nunca pagaram o Brasil por isso.”*

Ricardo Salles

**FATO |** Pagaram sim! O Fundo Amazônia, que está congelado agora porque Salles se recusou a trabalhar em conjunto com as ONGs, tem um total de R\$ 3,4 bilhões para pagar ao Brasil pelos resultados alcançados na redução do desmatamento. Hoje, existem R\$ 479 milhões “em análise”<sup>55</sup> que poderiam ser liberados se o governo permitisse. Foi o maior programa de REDD+ do mundo. O Brasil também recebeu uma doação de 96,4 milhões de dólares do Fundo Verde para o Clima – aquele que Salles gosta de criticar por não ter dado dinheiro ao Brasil. O contrato foi assinado em março, mas o dinheiro ainda não foi utilizado porque Salles não indicou um comitê

<sup>54</sup> <http://www.observatoriodoclima.eco.br/enfraquecimento-fundo-amazonia-nao-e-uma-opcao-diz-ministro-noruegues/>

<sup>55</sup> [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/informe-da-Carteira-2019\\_06\\_Informe-da-Carteira-Fundo-Amazonia.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/informe-da-Carteira-2019_06_Informe-da-Carteira-Fundo-Amazonia.pdf)

para gerenciá-lo e porque ele extinguiu a Comissão Nacional de REDD+<sup>56</sup>, que estava encarregada de criar as diretrizes para a encarregado de definir diretrizes para a doação.

**ALEGAÇÃO** | *“A população indígena do Brasil possui 13% do território nacional e é 1% (sic) da população. Não há preconceito, são 1 para 13. Pelo contrário, a maior quantidade de terra per capita que qualquer grupo pode reivindicar em nosso território nacional é a terra indígena.”*

**FATO** | As terras indígenas são um direito constitucional dessas populações de manter sua cultura e garantir sua existência. Elas são mais necessárias do que nunca, pois há uma guerra contra os povos indígenas no Brasil. Dados do Conselho de Missões Indígenas (CIMI) mostram que somente em 2017, o último ano em que há informações sistemáticas, houve 110 assassinatos de pessoas indígenas, 128 suicídios (a maioria relacionados à terra), 792 casos de morte infantil e 96 casos de invasão e peculato, um aumento de 62% em relação ao ano anterior<sup>57</sup>. Dados preliminares do CIMI indicam que houve 14 invasões de terras indígenas em 2019 até agora.

Os povos indígenas não possuem território; terras indígenas pertencem ao Estado, com uso exclusivo concedido aos indígenas. Quem é o “dono” de 13% do território nacional é, na verdade, o governo.

A afirmação de que os povos indígenas teriam “a maior quantidade de terra per capita” também não se sustenta. Os 900 mil indígenas do Brasil ocupam 117 milhões de hectares (de fato, 14% do país, não 13%). Mas os latifúndios (o maior tipo de propriedade rural), que representam apenas 6% das propriedades rurais do país, detêm 182 milhões de hectares, ou 21% do território nacional, segundo o Atlas da Pecuária e Agricultura do Brasil, IMAFLORA e ESALQ-USP.

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Amazônia

<sup>56</sup> <https://www.oeco.org.br/reportagens/stf-barra-parcialmente-decreto-de-bolsonaro-que-extingue-conselhos-no-pais/>

<sup>57</sup> <https://cimi.org.br/2018/09/relatorio-cimi-violencia-contra-os-povos-indigenas-no-brasil-tem-aumento-sistematico-e-continuo/>



## FALÁCIAS FREQUENTES

### Amazônia // Governança

**ALEGAÇÃO** | *“Nosso governo tem uma política de tolerância zero para incêndios e desmatamento ilegais.”*

Ricardo Salles

**FATO** | “Ontem, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, veio falar comigo sobre esse assunto [destruição de máquinas usadas em operações de desmatamento ilegal dentro de uma área protegida federal no estado de Rondônia]. Ele já abriu um procedimento administrativo para descobrir qual servidor público era responsável por ele. Nossa orientação é não destruir nada, maquinaria, trator, qualquer que seja, esse não é o procedimento.” (Presidente Bolsonaro, em vídeo distribuído na Internet em abril).

“O que acontece hoje no Brasil, infelizmente, é o resultado de anos e anos e anos de uma política pública de produção de leis, regras, regulamentos que nem sempre estão relacionados ao mundo real. O que estamos fazendo agora é ajustar a lei ao mundo real” (Ricardo Salles, em julho, conversando com um grupo de madeireiros ilegais em Espigão D’Oeste, Rondônia, cujas operações ilegais em terras indígenas foram congeladas pelo Ibama)<sup>58</sup>.

## Governança

**ALEGAÇÃO** | *“Não houve desmantelamento de nenhuma estrutura deste ministério – nenhuma. Recebemos uma situação bastante desmantelada. Sem equipe, sem orçamento, prédios abandonados, frotas esgotadas, 50% das vagas não preenchidas.”*

**FATO** | Em maio, oito dos nove ex-Ministros do Meio Ambiente do Brasil denunciaram que o governo de Bolsonaro estava promovendo o “desmantelamento” da governança ambiental federal em vigor desde 1992<sup>59</sup>. Salles nega a acusação, dizendo, por exemplo, que nenhuma legislação foi alterada—o que é verdade. Mas existem muitas provas de que uma paralisação do sistema, cumprindo as pro-

<sup>58</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/ambien-te/2019/07/salles-faz-visita-a-madeireiros-em-rondonia-apos-atos-contra-ibama.shtml>

<sup>59</sup> [http://www.observatoriodo-clima.eco.br/wp-content/uploads/2019/05/comunicado-ex-ministros-final-revisado\\_en.pdf](http://www.observatoriodo-clima.eco.br/wp-content/uploads/2019/05/comunicado-ex-ministros-final-revisado_en.pdf)



## FALÁCIAS FREQUENTES

### Governança

messas da campanha de Bolsonaro, está realmente em vigor:

» O Decreto 9.672, publicado em 2 de janeiro, extinguiu a secretaria do ministério responsável pelas políticas de mudanças climáticas e controle de desmatamento. O decreto também transfere a Agência Nacional de Águas para o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura.

» Em março, uma regra de mordança foi imposta ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e ao ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Nenhuma das agências tem permissão para se comunicar diretamente com a imprensa. O próprio ministério deixou sem respostas 8 de 10 perguntas da imprensa a partir de outubro.

» Em abril, um decreto presidencial extinguiu duas dúzias de conselhos e comitês nos quais a sociedade civil poderia participar da formulação de políticas, como o Comitê do Fundo Amazônia, o Comitê Nacional de REDD+ e o Comitê do Fundo das Mudanças Climáticas. O Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas (CIM) e seu Grupo Executivo (GEx) também foram extintos. O mesmo aconteceu com os comitês executivos do Plano Nacional de Contingência para Derramamento de Petróleo, que atrasaram ainda mais a resposta do governo ao desastre de petróleo no Nordeste.

» O Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, o órgão consultivo mais importante do Brasil para a política ambiental, que fixa padrões de poluição do ar e licenciamento ambiental, foi reduzido de 100 para 23 membros. O número de representantes do governo federal aumentou de 29% para 40% os seus membros. Os membros das ONGs foram escolhidos em um bingo<sup>60</sup>. Estamos falando sério!

» O Fundo Amazônia, que estava sendo executado

<sup>60</sup> <https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-faz-sort-eio-com-bolinhas-globos-para-escolher-novos-membros-do-conama-23813780>

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Governança

há dez anos, foi suspenso pelo ministro em um movimento para cortar o financiamento para as ONGs e dar dinheiro para proprietários de terras<sup>61</sup> e, eventualmente, grileiros<sup>62</sup>. Salles disse que as ONGs estavam envolvidas em irregularidades—uma alegação nunca apoiada por qualquer prova.

» Salles demitiu 21 dos 27 chefes regionais do Ibama e não contratou novos funcionários. Nos estados da Amazônia, até o momento, apenas um escritório regional (de nove) tem seu chefe nomeado. Operações estão paralisadas.

» O Ibama estava de castigo. O número de multas aplicadas por crimes de desmatamento caiu 29%<sup>63</sup>, o menor número em dez anos. O número de operações na Amazônia caiu 22%<sup>64</sup> este ano. A força especial do Ibama não foi mobilizada para combater o crime na Amazônia até o final de agosto, quando os incêndios na floresta já estavam fora de controle.

» O desempenho orçamentário do ministério mostra que a elaboração de políticas ambientais está paralisada no Brasil. Em 2019, até 24 de novembro, todo o ministério teve uma verba orçamentária de apenas R\$ 2.9 milhões. Nenhum dinheiro foi dado a áreas protegidas, apenas R\$ 245.000 foram para o controle do desmatamento e até mesmo a principal prioridade de Salles, a agenda ambiental urbana, viu apenas uma fração do orçamento autorizado ser gasto em programas como gestão de resíduos e poluição marinha. Para ajudar os municípios a desenvolver estratégias de controle ambiental, a apropriação do orçamento foi de *menos de cem dólares*.

» O Ibama e o ICMBio também foram submetidos a severos cortes no orçamento. As inspeções do Ibama tiveram um corte de 15% no orçamento este ano. O orçamento para combater incêndios florestais foi reduzido em 29%. O ICMBio perdeu 29% de seu dinheiro para

61 <http://climainfo.org.br/2019/05/27/salles-quer-usar-fundo-amazonia-para-indenizar-desapropriacoes/>

62 <http://www.observatoriodo-clima.eco.br/en/improbo-ricar-do-salles-quer-tirar-fundo-amazonia-para-dar-grileiros/>

63 <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/24/queima-das-disparam-mas-multas-do-ibama-despencam-sob-bolsonaro.ghtml>

64 <https://www.poder360.com.br/brasil/ibama-nao-realizou-22-das-acoes-de-fiscalizacao-planejadas-para-2019/>

gerenciar áreas protegidas e 21% de seu orçamento para inspeções. Ambas as agências ficarão sem dinheiro antes do final do ano<sup>65</sup>.

**ALEGAÇÃO** | *“Eu venho de uma família de advogados. Não sou agricultor e não tenho vínculos com o agronegócio.”*

Ricardo Salles

**FATO** | Salles é um ex-diretor da SRB (Sociedade Rural Brasileira), uma organização-chave do lobby rural do Brasil, e cujos líderes escreveram uma carta a Bolsonaro apoiando seu nome como sua escolha para o ministério antes de ele ser nomeado. O próprio Bolsonaro disse ao grupo logo após a reunião do G20, em julho, que “Salles é casado com vocês”. Um sinal desse casamento é o fato de Salles ter escolhido outro ex-diretor da SRB, Joaquim Pereira Leite, como diretor de Florestas.

## FALÁCIAS FREQUENTES

### Governança

<sup>65</sup> [https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/principais-orgaos-ambientais-ibama-e-icmbio-podem-ficar-sem-verba-antes-do-fim-do-ano/?utm\\_source=estadao:whatsapp&utm\\_medium=link](https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/principais-orgaos-ambientais-ibama-e-icmbio-podem-ficar-sem-verba-antes-do-fim-do-ano/?utm_source=estadao:whatsapp&utm_medium=link)

